



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.846 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 24 A 30 DE MAIO DE 2026
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ESCOLA

Goiânia mantém déficit em creches, aponta TCM-GO



Tribunal identifica falhas na distribuição de vagas e fila em mais de 60% das unidades da pré-escola. **Página 15**



PESQUISA

Daniel Vilela chega a 44,3% e abre 21,2 pontos de vantagem, aponta Directa Pesquisas

No levantamento, emedebista chega a 44,3% das intenções de voto na simulação estimulada e abre 21,2 pontos de vantagem sobre o segundo colocado, o ex-governador Marconi Perillo (PSDB), com 23,1%. **Página 8**

ENTREVISTA

MARCELO BAIOCCHI

Presidente da Fecomércio



“Me filiei ao PL por questões de preferência nacional”

Uma das vozes mais influentes do setor produtivo no estado, Marcelo Baiocchi defende maior protagonismo da centro-direita no cenário nacional e afirma que o Brasil precisa avançar em um modelo econômico mais liberal, voltado à geração de emprego, renda e oportunidades para empreender. **Páginas 4, 5 e 6**

INOVAÇÃO



Cidades goianas transformam premiação nacional em vitrine

Municípios de Goiás usam criatividade para enfrentar problemas históricos e criar soluções locais com impacto direto na população. **Página 13**

RUMO POLÍTICO

Goiás inicia debate sobre o que fazer após a reorganização



Após anos de reorganização institucional, campanha tende a discutir eficiência, qualidade dos serviços e modernização da gestão pública. **Página 12**

TRIBUNA POLÍTICA

Guerra fria pela vice de Daniel

O que antes era conversa de bastidor virou disputa aberta. Aliados defendem definição do nome logo. **Página 3**

HERIVELTO NUNES

Michel Alves expõe dificuldades

Diretor de Futebol fala sobre salários e premiações em atraso no Goiás. **Página 14**

ELEIÇÕES 2026

O peso do voto evangélico

Segmento quer se consolidar no Executivo, e o caminho mais fácil é se aliar àqueles que têm a máquina. **Página 7**

EDITORIAL

Minirreforma da conveniência

O Congresso Nacional voltou a demonstrar, sem constrangimento, a impressionante capacidade de legislar em benefício próprio. A chamada minirreforma eleitoral aprovada pela Câmara dos Deputados, em votação simbólica e sem registro nominal dos votos, representa mais um passo no contínuo processo de afrouxamento das regras de fiscalização sobre o uso do dinheiro público pelos partidos políticos.

Sob o argumento de “segurança jurídica” e “razoabilidade”, deputados abriram as comportas para uma perigosa flexibilização dos mecanismos de controle justamente às vésperas de mais um ciclo eleitoral. O recado transmitido à sociedade é inequívoco: para a classe política, transparência virou detalhe incômodo.

O projeto estabelece limite de apenas R\$ 30 mil para multas aplicadas a partidos com contas desaprovadas, autoriza parcelamentos de dívidas em até 15 anos e impede o bloqueio de recursos dos fundos Partidário e Eleitoral. Na prática, cria-se uma espécie de blindagem institucional para legendas que desrespeitarem regras de prestação de contas.

É difícil encontrar justificativa plausível para tamanha benevolência com organizações que já recebem bilhões de reais dos cofres públicos. Enquanto o cidadão comum enfrenta juros, multas e punições severas diante de pendências fiscais, partidos políticos passam a desfrutar de um regime privilegiado de tolerância e proteção financeira.

Também preocupa a redução do prazo para julgamento das contas eleitorais. Ao encurtar o tempo de análise, aumenta-se o risco de processos serem encerrados sem decisão definitiva, favorecendo a impunidade administrativa. Soma-se a isso a autorização para disparos automatizados de mensagens em campanhas, medida que pode ampliar a circulação massiva de desinformação em ambiente digital já profundamente contaminado.

A forma da aprovação agrava ainda mais o conteúdo da proposta. A matéria entrou de surpresa na pauta e foi aprovada sem debate amplo e sem transparência sobre o posicionamento individual dos parlamentares. Quando mudanças que afetam diretamente o controle do dinheiro público são votadas às pressas e sem luz sobre os votos, a democracia perde.

ARTIGO

Enfermagem: a força silenciosa da saúde brasileira

No último 12 de maio, quando foi celebrado o Dia do Enfermeiro, o Brasil teve mais uma oportunidade de reconhecer uma das profissões mais essenciais para o funcionamento do sistema de saúde. Em hospitais, unidades básicas, clínicas, ambulatórios e, cada vez mais, dentro das casas dos pacientes, enfermeiros e enfermeiras sustentaram uma engrenagem indispensável para a preservação da vida. São profissionais que vão muito além da execução de procedimentos: coordenam equipes, organizam fluxos, garantem segurança assistencial e atuam como elo entre pacientes, familiares, médicos e todo o sistema de cuidado.

Sem a enfermagem, simplesmente não existe assistência

estruturada. O enfermeiro esteve no centro das decisões que garantiram continuidade do tratamento, humanização do atendimento e qualidade da assistência. Seu papel reuniu conhecimento técnico, liderança, gestão de pessoas e sensibilidade humana. Em um cenário de envelhecimento populacional e aumento das doenças crônicas, essa atuação se tornou ainda mais estratégica.

A enfermagem brasileira também ganhou protagonismo em novas frentes de cuidado. A presença desses profissionais fora do ambiente hospitalar passou a ser fundamental para prevenir doenças, promover saúde e ampliar o acesso da população ao atendimento contínuo. Na atenção pri-

mária, saúde da família, pesquisa, gestão e atenção domiciliar, os enfermeiros ocuparam espaços decisivos para modernizar o setor.

O crescimento da assistência domiciliar talvez tenha sido um dos exemplos mais claros dessa transformação. Levar cuidado para dentro da casa do paciente representou uma mudança profunda na forma de assistir. O ambiente doméstico oferece proximidade da família, conforto emocional e cuidado personalizado, permitindo que o paciente seja tratado dentro do próprio mundo, cercado de vínculos afetivos.

Os benefícios ficaram evidentes: melhora da qualidade de vida, redução de infecções hospitalares,

menos complicações e uma abordagem mais integral. O enfermeiro tornou-se peça-chave para garantir segurança clínica, acompanhamento constante e suporte à equipe médica.

Mas os desafios também foram grandes. O profissional precisou tomar decisões rápidas, possuir alto nível técnico e lidar com famílias que nem sempre estavam preparadas para participar do tratamento. Empatia, firmeza e habilidade de comunicação tornaram-se indispensáveis.

Valorizar a enfermagem, portanto, não significou apenas reconhecer uma categoria profissional. Significou fortalecer a própria estrutura da saúde brasileira. Em qualquer nível de

atendimento, existiu um enfermeiro garantindo que o cuidado acontecesse de forma organizada, humana e segura.



*Sueli Noronha Kaiser é fundadora e presidente do Conselho Consultivo do Grupo Cene, com 39 anos de atuação. Enfermeira formada pela Pontifícia Universidade Católica-RJ

ARTIGO

O Brasil de chuteira ainda vive

Brasil, pentacampeão mundial! Pensar a seleção como um grupo de 22 jogadores e uma comissão técnica é reduzir demais o que ela representa. Ela sempre foi muito maior do que o próprio esporte, pois a cada partida, o país parece reencontrar algo raro: um sentimento coletivo de pertencimento. Fato é que, por algumas semanas, 22 atletas se tornam 214 milhões de torcedores. A nação lembra que ainda sabe torcer junto, sonhar junto, vibrar junto. Enfim, o futebol vira espelho de uma autoestima tantas vezes ferida no cotidiano.

Quando a bola rola, sem sombra de dúvidas, não são somente onze em campo, mas o imaginário de milhões projetado em cada passe, em cada defesa, em cada gol. É como se cada pessoa estivesse ali driblando as dificuldades da vida, transformando as frustrações em persistência, buscando, simbolicamente, o gol da esperança.

Mas o país mudou, e o futebol sentiu. O que sempre foi território neutro agora parece atravessado por disputas que antes ficavam do lado de fora do estádio. As cores da camisa, antes símbolo de união, passaram a ser vistas por alguns como algo a ser rejeitado, a ponto de quererem modificar as suas cores. Jogadores são

judgados por ideias, não por jogadas. Até um italiano como técnico da seleção brasileira desperta estranhamento, ironia maior ainda com a Itália fora da Copa.

É natural que a política, tão presente no dia a dia, acabe também representada no futebol. O problema é quando chega de forma ruidosa, desgastante, tirando a leveza, abafando a alegria, diminuindo o brilho da esperança.

Resultado: muitos já não sabem os nomes dos convocados, nem a data da estreia, nem o adversário inicial. Quem imaginaria isso algum dia? Assim, aquilo que deveria ser um momento de descontração, se torna espelho das tensões que transbordam para todas as outras áreas da vida nacional. A euforia é contida. A paixão vira disputa. O que antes unia, agora divide.

O campo reflete a mesma fratura presente na vida da população, que reconhece a condição política do país, mas ainda encontra dificuldade para superar essa divisão que insiste em permanecer. Inclusive, tentando tirar o brilho e o encanto de ser brasileiro.

Mas, o Brasil é Brasil. O futebol continua sendo uma das poucas linguagens que todos nós, de algum modo, entendemos quando faz desconheci-

dos se abraçarem na rua, desperta orgulho, emoção e pertencimento. E ao mostrar para o mundo um país que, mesmo ferido, continua vibrante.

Talvez o desafio seja resgatar o futebol como exemplo de um espaço de encontro, celebração e compartilhamento, não de separação. Somos torcedores de, em média, 1000 times, que apesar das diferenças, com a seleção brasileira, se unem por um único ideal: o de uma nação vitoriosa, com um povo feliz.

Sim, apesar de tudo, o Brasil de chuteira segue vivo. E basta o apito inicial para lembrar que, no fundo, ainda vamos conseguir vibrar juntos e, como na canção de Miguel Gustavo, cantar “De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo o Brasil deu a mão. Todos unidos na mesma emoção, tudo é um só coração. Todos juntos vamos, pra frente Brasil...”.



Beatriz Breves é psicóloga, psicanalista e escritora, autora do livro Eu Fractal – conheça-te a ti mesmo



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

PODER



Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

**Tribuna
Política**

Pressão, mas nem tanto

Na base governista, ninguém admite pressão. Mas todos sabem que ela existe. Uns pressionam pelo peso do setor que representam. Outros pela biografia administrativa. Há ainda quem tente se apresentar como nome de equilíbrio, enquanto cutuca os adversários com luva de pelica.

Antecipação

Os que admitem, destacam que Daniel e Caiado terão de antecipar a escolha logo. "Eles devem fazer isso até a segunda quinzena de junho", aposta um interlocutor palaciano. Para ele, esperar até as convenções pode trazer danos severos e desnecessários à base danielista.

Apoio de ex

A ex-senadora Lúcia Vânia, no União Brasil, se reuniu na última semana com Zé Mário. Elogiou o produtor rural e líder classista. Mais um apoio para a conta.

Enquanto isso, no ninho tucano...

Viúva de Maguito Vilela, Flávia Telles, cotada para a vice do ex-governador Marconi Perillo, trata de descartar a movimentação. Recém-filiada ao PSDB, diz que seus planos são outros.

Foco em Brasília

A empresária garante que o seu foco está em Brasília. "Eu sinto falta de ver mais gente falando de quem é invisível. Das mulheres que buscam espaço. Da família que precisa de apoio. Das pessoas com deficiência. É por isso que eu quero ser deputada federal. Para levar essa voz, essa vivência e esse olhar para o Congresso. É uma decisão a favor daquilo que eu acredito e da missão que eu sinto que preciso cumprir", salientou.

Perfil do vice

Aliados de Marconi sustentam que a definição do vice deverá ser feita a partir do momento em que partidos descontentes com Daniel Vilela deixem a base governista. O Democracia Cristã foi o primeiro. "Só a partir dessa nova construção é que Marconi deve bater o martelo sobre seu vice. Precisa agregar com essas legendas descontentes", afirma um interlocutor tucano.

Guerra fria pela vice de Daniel



Vice costuma ser decidido no último momento, dizem. "Lá para as convenções", repetem aqueles que vão fazer a escolha. É o discurso adotado pelo ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) e pelo governador Daniel Vilela (MDB). Mas a verdade é que há uma inédita campanha declarada pelo posto. O que antes era conversa de bastidor virou disputa aberta, com elementos de guerra fria. Ou nem tão fria assim.

A semana deixou clara a tensão. O ex-senador Luiz do Carmo, um dos nomes lembrados para a vice, criticou a movimentação em torno de José Mário Schreiner, presidente licenciado da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás. Não desqualificou o nome. Fez o contrário. Elogiou antes de bater. "Campanha para vice? Você já viu a história? Eu nunca vi isso na vida. Inventaram isso aí", afirmou durante participação num programa da Rádio Difusora.

Depois, foi mais direto no incômodo. "Gosto muito do Zé Mário, acho que é preparado, preparadíssimo. Todos são preparados, mas não precisa isso, é pressão. E outra coisa: ninguém pressiona o governador, ninguém pressiona um Caiado da vida." A frase diz mais sobre o método do que sobre o personagem. Luiz vê pressão onde aliados de Zé Mário enxergam articulação. A diferença, em política, costuma depender de quem faz o movimento e de quem se sente atropelado por ele.

No dia seguinte, Gustavo Mendanha entrou na discussão por outra porta. O ex-prefeito de Aparecida disse que o vice "não é decorativo" e precisa ter "experiência comprovada". Parece

tese de administração pública, mas também é peça de defesa pessoal. Mendanha fala de gestão porque é esse o ativo que leva para a mesa.

Gustavo citou os casos dos ex-prefeitos de Goiânia, Rogério Cruz, que agora está no comando do Partido do Autista em Goiás e Vilmar Mariano, de Aparecida, que hoje está ao lado do ex-governador Marconi Perillo no PSDB. Há quem diga que o comentário respinga diretamente em Luiz do Carmo, mas o entorno de Mendanha nega a referência.

Ao ressuscitá-los, Gustavo mexeu em duas feridas recentes. Goiânia viu um vice assumir a prefeitura sem lastro próprio para governar a capital. Aparecida viu Vilmar herdar o cargo depois que o próprio Mendanha deixou a prefeitura para disputar o governo. Gustavo já reconheceu que errou ao fazer uma escolha excessivamente política para a vice.

Antes deles, Adriano Rocha Lima já havia dado a este colunista uma chave de leitura para o embate. Disse que representar segmentos é papel de deputado, não de vice. Vice, para ele, exige competência. Está aí o centro da disputa.

Zé Mário leva a força do agro, da organização setorial e do trânsito econômico. Luiz do Carmo reage ao que vê como campanha antecipada, ao mesmo tempo que aparece nos púlpitos religiosos, ao lado do irmão Oídes, que preside a Convenção das Assembleias de Deus de Goiás. Mendanha tenta empurrar o debate para a experiência administrativa. Adriano separa representação de capacidade executiva. Todos falam como aliados. Todos se comportam como interessados.



Bruno Peixoto e Paulo do Vale também seguem no radar, embora hoje corram por fora. Cada um com seus próprios ativos. No entorno de Daniel, a avaliação é que a decisão precisa ser afinada até a segunda quinzena de junho. Não por imposição do calendário eleitoral, mas por contenção de danos. Quanto mais a escolha demora, mais os postulantes se mexem. E quanto mais se mexem, mais expõem a guerra fria que a base tenta administrar em silêncio.

Vanderlan come pelas beiradas

O desempenho de Vanderlan nas pesquisas ao Senado dá munição ao senador para seguir no jogo. Pode não ser o nome mais barulhento do momento, mas tem recall, estrutura e presença. Em eleição majoritária, isso pesa. A aposta no segundo voto é seu trunfo.

Palanque digital

O alcance digital de parlamentares e lideranças locais virou ativo político. Antes, bastava aparecer no plenário. Agora, o jogo passa também por cortes, vídeos curtos e volume de visualizações. A métrica virou munição.

Bruno nas views

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), Bruno Peixoto (UB) publicou recentemente que alcançou 10 milhões de visualizações nos últimos 30 dias. O número ajuda a explicar por que o presidente da Alego trata rede social como extensão do mandato e vitrine para 2026.

Clécio no grito

O deputado estadual Clécio Alves (PSDB) foi além. Há cerca de dez dias, esbravejou que teria chegado a 27 milhões de visualizações. No caso dele, o número combina com o estilo: barulho, confronto e presença constante no debate público.

Igor contra Mabel

O vereador Igor Franco (Podemos) também entrou nesse campeonato. Diz que seus vídeos contra o prefeito Sandro Mabel (UB) já passam de 3 milhões de visualizações. A oposição percebeu que, em rede social, entre bravatas e fiscalizações, a audiência rende.

Eleições no CREA-GO

Primeira mulher a disputar uma eleição no CREA-GO, Tatiana Jucá comemorou nas redes o apoio do atual presidente do Conselho Federal da entidade, Vinicius Marchese. "Estamos falando de alguém que conhece o sistema, entende os desafios da nossa categoria e escolheu acreditar em um projeto maduro, responsável e preparado para entregar resultados reais aos profissionais. E é por acreditar nessa construção coletiva que seguimos fortalecendo o nosso time", destacou.

Lupi em Goiânia

A visita de Carlos Lupi a Goiânia recolocou o PDT no mapa local, ainda que o partido siga sem musculatura evidente para 2026. Kowalsky Ribeiro assume a legenda tentando vender reorganização. A pergunta é se há base real ou apenas palanque para negociação.

PDT testa nome próprio

Nos bastidores, circula o nome de Carlos Mundim para eventual disputa ao Palácio. Por ora, parece mais balão de ensaio do que projeto consolidado. Mas, em política, lançar hipótese também é forma de cobrar espaço na mesa.

Pesquisa mexe no tabuleiro

As pesquisas AtlasIntel e Paraná Pesquisas ajudaram a organizar a conversa pré-eleitoral em Goiás. Daniel aparece competitivo no governo, Gracinha Caiado lidera para o Senado em cenários testados, e Vanderlan Cardoso mostra que não pode ser tratado como peça lateral.

ENTREVISTA - MARCELO BAIOCCHI

“Antes a federação era reativa, agora agimos preventivamente”

Andréia Bahia e Lucas de Godoi

Re eleito mais uma vez em chapa única para comandar a Fecomércio Goiás, Marcelo Baiocchi chega a um novo mandato cercado por demonstrações de força política e amplo apoio interno. A ausência de adversários na disputa reacende debates sobre renovação, alternância de poder e espaço para vozes divergentes dentro do Sistema Comércio goiano. Nesta entrevista à Tribuna do Planalto, Baiocchi fala sobre sua nova recondução ao cargo, rebate críticas sobre concentração de poder, comenta os desafios do setor produtivo e analisa o cenário econômico e político de Goiás e do Brasil.

A Fecomércio passou a ter atuação política mais evidente a partir da gestão do senhor, que frequentemente se manifesta sobre gestões públicas e participa ativamente de articulações econômicas e legislativas. Essa proximidade institucional com lideranças políticas tem gerado questionamentos de setores que defendem maior independência das entidades empresariais. A Fecomércio corre risco de se tornar excessivamente política?

A atuação da Fecomércio é em defesa dos segmentos representados, e a nossa defesa é a melhoria do ambiente de negócios. O que regula o ambiente de negócio é exclusivamente a área política. É dentro da Assembleia Legislativa, dentro da Câmara dos Deputados, dentro do Senado, ali está quem faz toda a legislação que interfere diretamente nos nossos negócios. É dentro das secretarias de Estado, do município, da União, que, através de resoluções e decretos, regulam nosso negócio. E a Federação do Comércio, até então, era reativa. Uma lei era sancionada, a gente saía para discutir constitucionalidade, brigar na justiça, e essa reação vinha tardiamente, porque diz o ditado popular, lei não se discute, se cumpre. O que nós fazemos hoje é um trabalho preventivo. Temos uma estrutura muito forte e atuante, que acompanha todos os projetos de lei nas principais câmaras, de deputados, de estado, Câmara dos Deputados, Senado, nas principais câmaras municipais, a gente discute com os propositores do projeto, discute com os relatores - não para a que a proposta não prospere -, mas que a gente possa ajudar, discutir, oferecendo material técnico, demonstrando qual é o melhor caminho. Um exemplo clássico disso é o número de leis que exige que se coloque algum tipo de placa: Código do Consumidor, fone do bombeiro, elevador, saída, entrada, emergência; o número de placas que um comércio, numa sala de

200 m² não cabe em todas as paredes. Temos que participar das discussões para que leis que interferem diretamente nesse ambiente de negócio não sejam aprovadas ou, se forem aprovadas, que seja de forma factível a serem cumpridas. Outro detalhe, como temos que participar de todas essas discussões, discutimos com parlamentares do PT, PSD, PSDB, PL, de todos os partidos e de todas ideologias. A gente não tem ideologia partidária. Aqui não se discute só com A, B ou C. Temos uma interlocução com todos. É de praxe inclusive - fazemos questão de divulgar quem sempre está conosco visitando, discutindo - nas nossas redes sociais ver todas as ideologias, os dois extremos, que é o PL e o PT, todos nos visitam, todos têm interlocução e todos são muito bem atendidos com a mesma deferência. Por isso que a gente não se preocupa em transformar a federação numa casa política, mas ela é uma casa de defesa do empresário que tem por obrigação ter interlocução com a classe política, senão a gente vai ficar só reagindo a situações que já vão ter sido consolidadas.

O setor produtivo tem influência nas decisões do governo?

Tem interlocução, participa ativamente das discussões e, desta forma, em qualquer ambiente em que você tem interlocução, tem poder de diálogo, com certeza a gente sempre leva sugestões que são acatadas, como levamos muitas sugestões que não são acatadas. Isso faz parte da democracia e do diálogo.

Como o senhor recebe as críticas de que entidades empresariais ficaram elitizadas?

Não, ela não é elitizada a partir do momento que - vou dar o exemplo da nossa casa - nossa federação, tem 35 sindicatos, sindicato de postos de gasolina, sindicato de lojistas, de feirantes, de pit dogs, são comércios distintos e de

tamanhos diferentes. Do mesmo jeito que tem aquele pit dog pequenininho na vila, tem uma rede de pit dog, e o sindicato de pit dog, é uma rede de alimentação grande. Como dentro dos postos de gasolina tem o dono de um posto de gasolina, como tem lá uma rede de postos de gasolina. A gente não é elitizado. E toda a relação do empresário é feita no sindicato. E o sindicato é um filiado dentro da federação. A gente faz a relação com os sindicatos, defende e discute aquilo que interfere coletivamente. Infelizmente, se o empresário individualmente tiver um problema, a gente não tem como ajudá-lo. Isso fica a cargo da entidade que é o sindicato representante dele. A gente entra na discussão do meio ambiente, discussão de postura, discussão do plano diretor, quando isso interfere na coletividade.

Durante a pandemia, o senhor teve posicionamento firme em defesa da retomada das atividades econômicas, o que gerou apoio do empresariado e críticas de setores mais cautelosos na saúde pública. O senhor faria algo diferente durante a pandemia?

Nada diferente; faria tudo de novo. A nossa defesa, como sem-

“Temos uma estrutura muito forte, que acompanha todos os projetos de lei nas principais câmaras do estado, dos Deputados, Senado, nas câmaras municipais, e discutimos com os propositores do projeto.”

pre pregamos naquela época, a gente defende a vida, mas defende também a economia. Porque não adiantava nada defender a vida se a economia fosse à falência. E as empresas precisavam sobreviver. O que se discutia (à época) é que, em vez de simplesmente fechar tudo, o que precisava era regular como funcionaria. E eu sempre buscava exemplos simplórios para discutir isso. Eu

perguntava para as pessoas que defendiam o fechamento: uma academia tem que fechar? Tem. Mas uma academia com um aluno por hora pode funcionar? Pode. Então a discussão não é fechar, é como ela pode funcionar. Dessa tese é que começamos a discutir as flexibilizações, que foi quando a gente conseguiu flexibilizar bares e restaurantes, o distanciamento por mesa, número de pessoas por mesa. E aos poucos foi voltando, porque o simples fechamento levou muitas empresas, principalmente as empresas de pequeno porte, as micro empresas, à falência, que não deram conta de sustentar durante a pandemia e muito menos de voltar após a pandemia. Eu manteria toda a nossa defesa, tudo que conseguimos discutindo, no mesmo nível, nunca mudamos o nível da discussão, nunca partimos para a agressão simples e barata, mas sempre estudando com dados técnicos. Na época, nós nos cercamos por pessoas com conhecimento técnico de alto nível do Brasil inteiro, para poder ter conhecimento e levar às partes esse conhecimento técnico para que fosse feito da melhor maneira possível, preservando vidas e preservando a economia.



PODER

A reeleição consecutiva em chapa única e a forte concentração de apoio interno apontam para a pouca disputa interna dentro do Sistema Comércio goiano. Em 2026, novamente houve candidatura única. Há espaço para oposição e renovação dentro da Fecomércio?

Sim, sempre há. Eu defendo a renovação porque a renovação de qualquer entidade é importante. Mas quando a gente tem um projeto, tem um plano, e os 35 sindicatos que são os eleitores da federação participam disto, é natural que você tenha chapa única. A renovação em uma oposição nasce quando as pessoas não participam da discussão. E as pessoas sempre me perguntam como eu faço para caminhar por unanimidade para uma reeleição. A resposta é simples, todos participam do poder. Poder, entre aspas. O poder de decisão, o poder de interlocução, o poder de representação. Na grande maioria dos eventos em que a Federação do Comércio está presente, é um vice-presidente que representa. Na posse de um desembargador do Tribunal do Trabalho, eu recebi o convite como presidente, liguei para um presidente nosso de Anápolis, que é um advogado atuante na área trabalhista, que é a pessoa mais indicada para representar a federação, e é ele que vai representar. Assim, todos participam na representação da federação, e tende a ficar um grupo coeso, mas eu sou o maior defensor da renovação e muito provavelmente a federação passará por essa renovação sem necessidade de ter oposição, mas ter um consenso.

E o que que o senhor espera deixar como legado na Fecomércio?

É um projeto que iniciamos há oito anos e temos mais quatro para terminar de realizar, modernização da administração, mudamos completamente a gestão. Quando eu cheguei, o sistema Sesc-Senac tinha uma cabeça muito de funcionalismo público, eu transformei e hoje temos a cabeça de uma gestão empresarial, onde as pessoas trabalham em cima de planejamento, resultados e metas e todos têm responsabilidades por aquilo em que atuam. A modernização das nossas infraestruturas. A gente tinha prédios de 50 anos que nunca tinham passado por uma grande intervenção, não vou falar reforma, porque reforma acaba sendo pintar e trocar algum fio. Decidimos modernizar as nossas unidades e começamos no ano retrasado, num investimento de quase R\$ 350 milhões, porque decidimos não construir unidade nenhuma, deixar todas as unidades preparadas para enfrentar mais 40 anos. O legado que deixo no final da minha gestão, ou da

nossa gestão, é uma entidade moderna, atualizada, que participa das discussões do estado e dos municípios ativamente, dentro daquilo que é o nosso propósito de melhorar o ambiente de negócio e que vai ter suas instalações modernizadas para mais 30, 40 anos para a frente. Esse é o legado que a gente pretende deixar e deixará.

O senhor se filiou ao PL recentemente. Já recebeu o convite para disputar as eleições e eu pergunto para o senhor qual seria o projeto do senhor para 2028?

Eu me filiei ao PL por questões de, vamos dizer, preferência nacional. E eu sou real defensor de que a centro-direita possa ocupar o governo federal. Entendo que chegou o momento de podermos demonstrar como é uma gestão liberal, focada na geração de emprego e renda e que todos tenham oportunidade. Se você perguntar para dez brasileiros qual país que eles gostariam de mudar com toda a oportunidade de produzir, nove vão falar que querem ir para os Estados Unidos, que é liberal, onde todos têm a oportunidade de fazer sua vida. E eu entendo que no Brasil a gente precisa dar oportunidade às pessoas para empreender. Goiás é um dos estados com mais empreendedores, nascimento de novas empresas. A filiação foi mais por eu estar alinhado a esse viés de centro-direita. Não é para ser candidato, tanto que não me desincompatibilizei das entidades que eu estou à frente, e não posso ser candidato agora, mas é muito mais como um apoio institucional.

Mas em 2028, o que o senhor pensa em se candidatar?

Está cedo. Precisamos resolver primeiro como é que vai ser a eleição do governo federal este ano, do nosso governo estadual. 2028 está longe e meu candidato em 2028 é o Sandro Mabel à reeleição.

O senhor fez questão de dizer que era uma preferência nacional. O senhor não apoia o Wilder Moraes ao governo de Goiás?

Não, quando eu falei nacional é para dizer porque eu filiei ao PL. Eu tenho relação próxima com Wilder do tempo em que ele era funcionário da construtora Santa Bárbara Construção aqui em Goiás e eu tinha também uma construtora. A gente ia junto pegar obras e tinha parceria, eu o conheço há mais de 30 anos, ele não era nem empresário ainda. Minha relação com o Wilder é empresarial, de quando ele ainda era funcionário da construção. Eu acompanhei toda a ascensão dele, tanto empresarial quanto



Quando eu cheguei, o sistema tinha uma cabeça de funcionalismo público, e hoje temos a cabeça de uma gestão empresarial, onde as pessoas trabalham em cima de planejamento, resultados e metas.

política. E com Daniel Vilela tenho uma excelente relação desde o tempo do Maguito Vilela, pai dele, governador e depois prefeito de Aparecida e ele vereador em Goiânia a deputado federal, hoje governador. E tem o próprio ex-governador Marconi Perillo, um político que se relacionou com todas as personalidades de Goiás e não é diferente com a Federação do Comércio. Na minha relação com o Governo do Estado de Goiás, como presidente de federação, estou aberto à interlocução e há espaço para todos esses candidatos. E aí eu faço uma vírgula, inclusive do PT porque, apesar da minha posição, recebo todos muito bem, tenho ótima relação com eles, e a casa está aberta para receber todos os pré-candidatos

ao governo do Estado, ao Senado, a deputado federal, a deputado estadual, porque a casa é apolítica e suprapartidária.

Como o setor produtivo, pelo Fórum de Entidades, pretende atuar nessas eleições, considerando que José Mário Schreiner tem uma cadeira no fórum e tem se colocado como pré-candidato à vice na chapa governista?

No Fórum Empresarial temos discutido isso internamente, a intenção nossa até iniciar o processo eleitoral é que cada casa receba os pré-candidatos da sua maneira, nos dias e horários que definir e depois que estiverem definidas as candidaturas, a intenção nossa é receber cada um deles dentro do Fórum Empresarial para poder ouvirmos, discutir e também apresentar as nossas propostas para caso sejam eleitos. Especificamente o Zé Mário, ele é do Fórum Empresarial, é presidente da Faeg licenciado, e tem toda a liberdade de articulação conosco. A gente sempre defendeu e defende que os empresários que se disponham possam participar ativamente da política e inclusive como candidato. Vemos com bons olhos o Zé Mário candidato a vice-governador, que é o que ele está pleiteando, sem desmerecer os outros que se colocam como pré-candidatos a vice-governador na chapa do governador Daniel Vilela.

O senhor foi cotado para ser o candidato à prefeitura de Goiânia em 2024. Por que o senhor não aceitou essa disputa? E por que já afiança apoia a

reeleição do Mabel daqui a dois anos?

Eu não fui candidato até porque não houve um convite formal. O que houve foram informações que chegaram até mim - eu não posso afirmar com certeza que é fato - que meu nome estava numa pesquisa. Eu relatei essa informação porque funcionários meus foram pesquisados, eles falaram que tinha meu nome lá e votaram em mim. Eu estava numa pesquisa para ver, medir qual o nome que teria mais aceitação e fiquei sabendo que ficou entre o nome meu e o do Sandro. O Sandro é um amigo pessoal, uma pessoa que eu tenho grande afinidade e gosto muito dele. Eu via no nome do Sandro um nome mais preparado, porque já foi deputado federal, testado politicamente, mais experiente do que eu em política eleitoral e eu não fiz - vamos dizer assim entre aspas - força para ser o candidato. Entendia que o Sandro seria um excelente nome e teve meu apoio incondicional. É natural aquele que está no cargo que tenha chance da reeleição, se a legislação não mudar, que pleiteie a reeleição e o Sandro, pleiteando a reeleição, com certeza terá o nosso apoio por tudo que ele está construindo, por tudo que ele faz.

Qual a avaliação do governo de Sandro Mabel até aqui que o senhor faz?

A minha avaliação do governo do Sandro é uma avaliação positiva. Não tem como você fazer uma omelete sem quebrar os ovos, não tem jeito de mudar as coisas em Goiânia que precisavam ser mudadas sem mexer com algumas pessoas, mas ele precisava. Não tinha como mudar a Comurg sem mudar os privilégios que tinham na Comurg, não tem como mudar o trânsito sem mexer no estacionamento na porta de algumas lojas. Até na época que ele fez isso, eu fui a favor e me interpretaram como eu não estivesse representando o comércio; muito pelo contrário, eu tenho representando o comércio, porque o cliente só vai chegar na porta do lojista se tiver trânsito com mobilidade para ele ir até lá, senão ele vai pra outro lugar mais fácil de chegar. E tanto que depois negociamos com o Sandro e conseguimos que ele permitisse que fizesse as calçadas, os espaços para estacionar na porta das lojas, então ficou bom para todo mundo. E o Sandro tem feito essas mudanças pontuais necessárias, que às vezes desagradam alguns setores, algumas pessoas, mas eu tenho a certeza absoluta que o final do governo Sandro, dentro daquilo que a gente tem visto e discutido e ele tem apresentado como proposta, será um governo muito bem avaliado e ele vem muito muita capacidade de pleitear a reeleição se ele assim desejar.

A inflação impacta diretamente na renda

Como o senhor avalia o desempenho do comércio goiano em 2026?

O comércio, de uma forma geral, vem passando por muitas adaptações desde a pandemia. A pandemia impulsionou o comércio eletrônico, em virtude de as pessoas terem que ficar em casa, tiveram que se adaptar a uma nova forma de compra, que foi pela internet. Pós pandemia, essa prática virou uma rotina. O comércio teve que se adaptar durante a pandemia, porque o comércio que não se adaptou fechou, todos os segmentos tiveram que aprender a vender pelos instrumentos que a internet oferece, e pós-pandemia - como é algo que veio e ficou - cada vez mais o comércio está aprendendo e se especializando no comércio eletrônico. Em 2026, o comércio tem sofrido com a inadimplência alta, 89% das famílias devem, destes 89%, 27% estão inadimplentes. Acaba tendo menos compradores para o comércio, porque aqueles que estão devendo não têm crédito e os que não estão inadimplentes, têm compromisso financeiro e estão optando em não fazer

novo.

Além do endividamento, a inflação também diminui o poder de compra. O que isso impacta no consumo das famílias goianas?

A inflação impacta diretamente na renda das pessoas. Ela diminui mês a mês o poder de compra. As famílias buscam mudar o produto, usar o mesmo orçamento para adquirir o que precisam, e assim mudam marca, qualidade do produto para tentar manter o mesmo nível de consumo daquele produto. Mas, com certeza, a inflação, ao tirar o poder de compra, tira do comércio os recursos que os clientes deixam de comprar. O consumidor está gastando o mesmo orçamento que ele tem, mas levando menos produto para dentro de casa. O comércio está vendendo menos produtos, apesar de poder estar vendendo ou faturando o mesmo valor.

Como o comércio recebe as medidas do governo federal para reduzir o endividamento?

O programa do Governo Federal Desenrola tem por objeti-

vo atingir uma renda familiar limitada, um endividamento limitado, mas que é de boa parte desses 89% endividados. Um fator muito positivo é que ele limita por 12 meses que essas pessoas apostem nas bets. A inadimplência cresceu muito no país pós-regularização das bets, então isso é um fator positivo porque impede que o recurso seja apostado nas bets. Mas o que mais nos preocupa é que essas pessoas, mais do que impedi-las de apostar, estão precisando de uma educação financeira. Infelizmente o brasileiro não tem uma educação financeira: planejar financeiramente, saber poupar, saber calcular qual a taxa de juro embutida no produto. Infelizmente o brasileiro compra a prestação, ele não compra o produto e o juro embutido dentro dele. Defendo sempre que a educação financeira no país é mais importante do que somente regularizar a dívida.

A reforma tributária que foi vendida como simplificação. O setor produtivo concorda com essa tese?

De jeito nenhum. Reforma tri-



butária, até porque nessa fase de transição, na qual as empresas precisam levar dois tipos de contabilidade em paralelo - a gente já chamava de manicômio tributário - com essa situação de hoje nem se sabe qual adjetivo que podemos dar. Mas a reforma tributária simplifica alguns tributos, unifica e cria um menor número de tributos, mas a certeza, a única que temos, é que aumentou a carga tributária. A simplificação foi mínima e a fase de transição é muito complexa, vai trazer muita dificuldade, até porque as empresas que não conseguirem levar em paralelo as duas contabilidades estarão sujeitas a recolher pelas duas formas o tributo. É algo

muito complexo e no primeiro momento muito mais difícil de administrar.

Há risco de aumento de preços ao consumidor diante dessa complexidade de transição entre um regime e outro?

Existe, porque quando se aumenta tributo - como agora está sendo discutido mudar a escala de trabalho, 6x1 para 5x2, 44 para 40 horas - toda ação que traduz aumento de custo, com certeza isso é transferido ao produto. Quando se fala que vai aumentar o imposto para o empresário, não é para o empresário, é para o consumidor. Porque quem paga o imposto é quem consome, e o empresário transfere, entra na planilha de custo dele. Eu não canso de dizer que quem sempre paga a conta é quem que consome. A reforma tributária, como está sendo proposta e executada, com mais complexidade, esse custo será transferido ao preço que quem estará pagando vai ser o consumidor.

[Leia mais no site](#)

www.tribunadoplanalto.com.br

A saúde em Goiás se vive de perto.

201 vagas de hemodiálise no interior

6 Policlínicas e mais de 1,5 milhão de atendimentos desde 2020

9 novos hospitais e 900 leitos de UTI em 26 municípios

CORA 30 mil atendimentos

O maior hospital público de tratamento de câncer infantil

Mais de 2.560 cirurgias cardiológicas desde 2021

Com a regionalização que virou exemplo para o Brasil, Goiás encurtou distâncias com mais policlínicas, hospitais e UTIs espalhados por todo o estado.

SES
Secretaria de Estado da Saúde

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO



ELEIÇÕES 2026

Evangélicos goianos terão peso desproporcional no próximo pleito

Divulgação

O impacto do escândalo Master sobre Flávio e a força dos evangélicos em Goiás podem fazer um grupo nacionalmente relevante migrar de candidato na reta final das eleições



Segundo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, Goiânia é a sétima capital com maior proporção de evangélicos no Brasil, com 32,6% da população seguindo essa religião. O estado tem cidades como Anápolis, com 38,7%, e Aparecida de Goiânia, com 38,5% de evangélicos.

Outro estudo, de 2020, do Instituto de Pesquisa e Reputação de Imagem (IPRI), da FSB Holding, analisou as últimas sete eleições municipais e revelou o que crescimento das candidaturas que explicitamente adotam uma identidade religiosa em seus nomes de urna foi 16 vezes maior do que o aumento geral no total de candidaturas nas eleições locais. O levantamento indica que os evangélicos mais do que apoiam candidatos de suas igrejas: eles entendem que é positivo que todas as esferas da vida sejam ocupadas pela fé.

É o que dizem todos os líderes político-evangélicos quando dão entrevistas à imprensa sobre o assunto: o mandamento é estar presente para fazer o trabalho de Deus onde os homens estiverem. Entendendo esse aspecto da psicologia da religião e cruzando os dados das duas pesquisas, podemos enxergar que as eleições de 2026 em Goiás serão especialmente influenciáveis por esse segmento. De certa forma, é uma exceção à regra geral:

desde o meio dos anos 2000, a tendência no país é de mais personalismo na política (líderes carismáticos fortes) e menos coletivismo.

Primeiro, é bom fazer o disclaimer: os evangélicos não são um grupo único, homogêneo, monolítico. Há evangélicos de esquerda, liberais, nacionalistas, socialistas, capitalistas, e de intersecção com todos os outros grupos políticos. Entretanto, a maioria do eleitorado no estado está associada ao conservadorismo, tendo escolhido Bolsonaro em peso, tanto em 2018 quanto em 2022. Ainda mais uma pesquisa: levantamento de 2025 do Instituto Goiás Pesquisas mostrou que 43,47% do eleitorado goiano se inclina ao conservadorismo, 23,82% à esquerda, 14,66% de centro, e 18,05% não sabe ou não se identifica.

POSIÇÃO DOS EVANGÉLICOS EM GOIÁS

No estado, os evangélicos se posicionaram cedo. Desde 2025, o maior grupo evangélico, que é liderado pelo bispo Oídes José do Carmo, presidente da Assembleia de Deus Ministério Madureira — Campo Campinas — está com Daniel Vilela (MDB). Outros pastores também se posicionaram em favor de Daniel

Vilela: Cleônimo Satler (presidente do Conselho de Pastores das Igrejas Evangélicas de Goiás), Romeu Ivo (presidente da Assembleia de Deus Esperança), Abgail Filho (vice-presidente da Assembleia de Deus Ministério Fama), entre outros.

O que motiva o apoio são os diversos pontos de contato entre o poder político e o religioso. Por exemplo: o irmão do bispo, o ex-senador Luiz do Carmo, é um dos possíveis vices de Daniel Vilela na chapa destas eleições. Em um estado como Goiás, os políticos no poder precisam dos evangélicos em sua coalizão.

Por parte dos evangélicos, que já entraram no Legislativo, há o desejo de consolidar no Executivo, e o caminho mais fácil é se aliar àqueles que têm a máquina, mesmo que isso signifique preterir Wilder Moraes, Flávio Bolsonaro, e demais candidatos do PL a quem estiveram associados nas eleições passadas. Goiás é o único estado do país onde nem Lula da Silva (PT) nem Flávio Bolsonaro (PL) lideram. Ronaldo Caiado (PSD) tem 38% das intenções de votos, segundo a Real Time Big Data.

Wilder Moraes teve voto para senador consolidado junto ao segmento ao pautar

sua atuação no conservadorismo e na defesa de valores tradicionais, além de ter o ex-candidato a vice e bispo Abigail Almeida (então no PSC) como seu suplente. Entretanto, para governador, o jogo muda. Agora, sua vice é Ana Paula Rezende, que é evangélica, mas não é líder de igreja.

BRASIL

Com 7,42 milhões de habitantes, Goiás é um estado pequeno, e seus 2,4 milhões de evangélicos podem não decidir as eleições majoritárias, mas podem criar atritos de relevância nacional. O estado tem líderes de igrejas que estão presentes em todo o país, e é desproporcionalmente relevante para a tomada de decisões na Assembleia de Deus, na Videira e em outras.

Em outras palavras, Caiado pode causar hesitação entre evangélicos que pretendem votar no sobrenome Bolsonaro. Por exemplo: no último mês, Manuel Ferreira e Samuel Ferreira, bispos da cúpula da Assembleia de Deus no Brasil, ligados à Convenção Nacional de Ministros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil (CONAMAD), declararam apoio a Ronaldo Caiado, e não aos Bolsonaro.

Caiado não é o único que tenta provocar essa dúvida. Em 21 de maio, o Estadão publicou que o Setorial Interreligioso do PT planeja associar Flávio Bolsonaro ao “falso profeta” e “filho do diabo” durante a campanha, reforçando sua associação ao escândalo Master. Desde as últimas eleições, o partido tem privilegiado representantes evangélicos para diminuir os atritos históricos com o segmento. Em Goiás, vale a pena destacar que Lula recebeu a vereadora goianiense evangélica Aava Santiago (PSB) em 2024, com o propósito de ampliar esse diálogo.

O presidente Lula entende a importância do grupo, e desde o começo do governo faz concessões às igrejas, como distribuição de lotes em assentamentos da refor-



Por parte dos evangélicos há o desejo de se consolidar no Executivo, e o caminho mais fácil é se aliar àqueles que têm a máquina, mesmo que isso signifique preterir Wilder Moraes e Flávio Bolsonaro.”

ma agrária para a construção de templos e a distribuição de verbas para a realização da “Marcha para Jesus”. Porém, a barreira é alta.

Historicamente, os evangélicos associam a esquerda com a contrariedade de seus princípios conservadores — para eles, o PT seria contra a família tradicional e contra a ordem social. Essas percepções estão em certa medida corretas: durante o desfile de carnaval de 2026, o bloco em homenagem a Lula ironizou a “família em conserva” (sátira válida no âmbito da festa, mas que não ajuda a apaziguar os evangélicos); e o governo federal pouco fez pela ordem no campo da segurança pública.

A direita, por outro lado, está nos templos 24/7, 365 dias por ano, e não apenas durante a campanha. Assim, seria necessário um direitista para fazer os evangélicos abrirem mão de um direitista. Se o caso Master tornar Flávio Bolsonaro tóxico demais, nem mesmo a super-evangélica Michelle Bolsonaro pode ser capaz de segurar o eleitorado. O Globo revelou que a notícia da associação entre Flávio e Vorcaro via filme Dark Horse caiu como uma bomba no grupo de WhatsApp que o candidato tem com os líderes evangélicos Silas Malafaia, Robson Rodovalho, Renê Terra Nova e Estevam Hernandes.

ELEIÇÕES 2026

Daniel Vilela chega a 44,3% e abre 21,2 pontos de vantagem, aponta Directa Pesquisas

Pré-candidato à reeleição também abre frente na espontânea; o ex-governador Marconi Perillo segue o mais rejeitado

Da Redação

O governador Daniel Vilela (MDB) lidera a disputa pela reeleição com ampla vantagem. No levantamento da Directa Pesquisas, divulgado nesta quinta-feira (21), o emedebista

chega a 44,3% das intenções de voto na simulação estimulada e abre 21,2 pontos de vantagem sobre o segundo colocado, o ex-governador Marconi Perillo (PSDB), com 23,1%.

Em terceiro, o senador Wilder Morais (PL) tem 10,9% das intenções de voto e está tecnicamente empatado com a deputada federal Adriana Accorsi (PT), citada por 8,7%. Também inserido na pesquisa, o vereador Edward Madureira (PT) é lembrado por 0,9%. Telêmaco Brandão (Novo) tem 0,6%. Nulos são 4,2% e os indecisos, 7,3%.

O levantamento da Directa vai na mesma direção de outras pesquisas divulgadas nas últimas semanas. Em todas, Daniel Vilela aparece em primeiro lugar, com uma frente consolidada sobre o ex-

Fotos: Secom



Daniel Vilela chega a 44,3% e abre 21,2 pontos de vantagem, aponta Directa Pesquisas

governador tucano. Na Real Time Big Data, Daniel tem 38%, Marconi 22%; Na Paraná Pesquisas, o emedebista soma 41,2%, o tucano 23,3%.

ESPONTÂNEA E REJEIÇÃO

Na espontânea, quando os

nomes dos pré-candidatos não são apresentados, Daniel Vilela lidera com 21,6%. Marconi Perillo tem 10,6%, em segundo. Wilder Morais é citado por 7,6% e Adriana, por 6,8%. Outros nomes são lembrados espontaneamente e 40,5% seguem indecisos.

Como registrado em todas as pesquisas já divulgadas sobre a sucessão em Goiás, o ex-governador Marconi Perillo é o mais rejeitado. Pela metodologia da Directa, não votam no tucano 20,7%, seguido por Adriana Accorsi, com 18,7%. Wilder Morais é rejeitado por 10,2%; Daniel Vilela, por 8,5%. Fecham a lista Telêmaco Brandão (4,3%) e Edward Madureira (2,2%). Dos entrevistados, 10,5% não souberam responder e 4,4% rejeitam todos.

A Directa Pesquisas entrevistou 1.200 eleitores de 44 municípios goianos, entre os dias 12 e 16 de maio. A margem de erro é de 2,83 pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o protocolo 03145/2026.

GESTÃO

Daniel Vilela mantém política de Caiado de prioridade para a segurança pública em Goiás

O governador Daniel Vilela tem mantido a segurança pública como uma das principais prioridades do Estado, dando continuidade ao modelo implantado pelo ex-governador Ronaldo Caiado. Em seu mais recente ato, na quarta-feira (20/5) o chefe do Executivo anunciou pacote de valorização dos servidores da área, com investimento de R\$ 1,2 bilhão até 2027. Paralelo a isso, a atual gestão amplia operações policiais, intensifica as ações integradas e aprimora o uso de tecnologia e inteligência. O objetivo é manter a queda sustentada dos índices de criminalidade, que já dura sete anos, consolidando Goiás entre as unidades da federação com as menores taxas de violência.

Acumulando históricos de queda da criminalidade, a segurança pública se consolidou como uma das principais vitrines da gestão estadual nos últimos sete anos. A leitura dentro do próprio governo é de que a manutenção dos baixos índices de violência depende da continuidade das ações integradas, da presença ostensiva das forças policiais e do avanço permanente da inteligência no combate às organizações criminosas. "Não vamos recuar um milímetro para a criminalidade e a bandidagem. Os índices estão

num patamar de excelência, o que exige comprometimento diário. O trabalho é permanente, para continuar a fazer de Goiás o Estado mais seguro do Brasil", afirma Daniel.

O marco mais recente dessa ofensiva ocorreu nesta terça-feira (19/5), quando a Polícia Civil de Goiás (PC-GO) deflagrou seis operações simultâneas para cumprir 113 mandados de prisão e 185 medidas judiciais em Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso e Distrito Federal. As ações miraram crimes como tráfico de drogas, organização criminosa, fraudes bancárias, estelionato virtual, ocultação de valores e roubos qualificados, demonstrando o alcance interestadual da atuação das forças policiais goianas.

Paralelamente a PC, por meio do Grupo Especial de Investigações Criminais (Geic) de Rio Verde, cumpria mais de 80 medidas judiciais, entre prisões temporárias, mandados de busca e apreensão domiciliar e bloqueios de valores, no âmbito da Operação Agropix. As medidas judiciais são cumpridas simultaneamente nos estados de Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal, com apoio integrado de diversas unidades policiais.

A investigação apura a atuação de um grupo criminoso

especializado no golpe conhecido como "mão fantasma", modalidade de fraude eletrônica praticada mediante acesso remoto a dispositivos das vítimas, causando prejuízo milionário a um produtor rural da cidade de Rio Verde. A Operação Destroyer se consolidou como um dos principais símbolos da repressão ao crime organizado no Estado. A ofensiva acumulou 129 mandados de prisão cumpridos e bloqueio superior a R\$ 235 milhões em bens ligados às organizações criminosas. A operação teve fases realizadas em municípios estratégicos como Itumbiara, Trindade, Ceres e Rio Verde, além de ações em outros estados.

Na fase mais recente da Destroyer, deflagrada em abril, 51 pessoas foram presas em uma única ação. O trabalho alcançou cidades goianas como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Leopoldo de Bulhões e Santa Terezinha de Goiás, além de operações no Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. O balanço histórico da operação reúne 127 operações deflagradas, 228 investigações concluídas e encaminhadas ao Judiciário e 98 ações realizadas fora de Goiás.

TECNOLOGIA

Além das operações osten-



Pacote de valorização das forças de segurança terá impacto de R\$ 441 milhões já neste ano

sivas e do reforço estrutural, o governo também aposta fortemente em inteligência artificial e tecnologia. Um exemplo foi em Formosa, também nesta quinta-feira (19/5), quando Daniel Vilela visitou a implantação do novo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da Polícia Militar do município, responsável pela expansão do programa IA Contra o Crime, no Entorno do Distrito Federal. "Nenhum Estado tem um sistema de Inteligência Artificial tão eficiente como esse que nós temos", afirmou Daniel na ocasião.

Lançado em janeiro deste ano, o IA Contra o Crime é mais uma iniciativa do Governo de Goiás no combate à criminalidade, por meio do uso de tecnologia e inteligência artificial. O sistema permite o cruzamento de informações a partir de dados parciais, como características físicas de pessoas, roupas, fragmentos de placas, cor de veículos e, até mesmo, adesivos pregados em latarias de carros. Com

isso, a plataforma contribui para a identificação de suspeitos e direcionamento das equipes policiais, com alertas em tempo real entre diferentes centros de comando e municípios

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Anunciado por Daniel Vilela durante encontro com representantes da área, na quarta-feira (20), o pacote de valorização das forças de segurança terá impacto de R\$ 441 milhões já neste ano, chegando a R\$ 771 milhões em 2027. Entre os principais benefícios estão o pagamento de auxílio alimentação no valor de R\$ 1 mil para 100% do efetivo de policiamento do estado e forças de salvamento, um total de 24 mil servidores, representando aumento de 16,36% para aqueles que estão no início de carreira. Também estão previstos reajustes salariais, aumento de valor de hora-aula e plantões, entre outros. O projeto será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

PODER

ELEIÇÃO

Pesquisas são mais importantes para campanhas do que para eleitores

Divulgação

Sondagens de intenção de votos orientam estratégias de divulgação e persuasão de candidatos e partidos, avalia diretor-executivo do DataUFG

Carla Borges

As pesquisas de intenção de voto são mais importantes para as campanhas eleitorais, para candidatos e partidos, no sentido de orientar estratégias de divulgação e persuasão de eleitores, do que diretamente para motivar escolhas ou definir votos. A avaliação é do professor Jordão Horta Nunes, doutor em Sociologia e diretor-executivo do DataUFG, laboratório interdisciplinar da Universidade Federal de Goiás voltado para pesquisas e avaliação de políticas públicas. Nas últimas eleições municipais, o laboratório atuou na realização de pesquisas eleitorais com robusta metodologia científica, em Aparecida de Goiânia.

Jordão identifica ao menos uma situação em que essas pesquisas podem ter



Jordão Horta, diretor-executivo do DataUFG: "Pode haver a situação do voto pragmático, pelo 'menor prejuízo'"

influência direta. "Em contextos politicamente muito polarizados, como o atual, pode ocorrer a situação do voto pragmático, em função do 'mínimo prejuízo', quando o eleitor, ciente de resultados prévios que indicam uma probabilidade muito pequena de seu candidato vencer, escolhe outro que, embora não seja o preferido, se alinha mais à sua orientação política, à esquerda ou à direita, tendo melhor chance de ser eleito", aponta o pesquisador.

No contexto de guerra de

narrativas que domina o ambiente político no Brasil, o diretor do DataUFG avalia que as pesquisas continuam importantes, mas destaca que as sondagens de intenção de voto devem ser complementadas por grupos focais, para que opiniões divergentes sejam identificadas num mesmo contexto de interação, envolvendo pessoas diferentes, preferencialmente que não se conhecem. "Além disso, torna-se importante a extração de dados de aplicativos de mídias sociais,

como Facebook e Instagram, técnica hoje conhecida como raspagem (scraping), para identificação não só das narrativas divergentes associadas às pessoas que as produzem ou visualizam, mas também a construções simbólicas como emoticons, imagens, memes", sugere.

"A análise procura relacionar essas produções de sentido não somente a candidatos escolhidos, mas a expressões ou códigos, como as hashtags, que identificam posições ideológicas em redes sociotécnicas", acrescenta.

ERROS

A divulgação de resultados de pesquisas deve se intensificar à medida que as campanhas eleitorais se aproximam e uma das preocupações é com os erros nos resultados, que não são fatos simples como pode parecer à primeira vista, mas envolvem aspectos complexos. Jordão Horta esclarece que as pesquisas são em geral avaliadas pela relação com um erro de amostra, ou seja, são mais confiáveis e também se tornam mais dispendiosas, quando a probabilidade de que o resultado apontado seja menor do que o erro da amostra aceitável.

"Nas pesquisas eleitorais contemporâneas, esse valor, designado como 'margem de erro', gira em torno de 2 a 5% para um intervalo de confiança de 95%. Isso significa

que, se tivermos cem pessoas participantes da pesquisa e a margem de erro, ou a estimativa estatística do tamanho máximo esperado do erro amostral, for de 3% e tivermos um resultado da pesquisa indicando 40% de aprovação de um candidato, deveremos confiar nesse resultado até 3 pontos acima ou abaixo, em 95% das vezes em que a resposta for realizada com o mesmo número da amostra, ou seja, 100 pessoas. Neste exemplo, o resultado esperado, confiável, ficaria entre 37% e 43%", ensina Jordão Horta.

No entanto, além desse tipo de erro, que o professor define como objetivamente controlável, há vieses ou desvios que são subjetivos, mais difíceis de controlar em uma pesquisa, como, por exemplo, o eleitor mentir, dizer que vai votar em um candidato e intencionalmente votar em outro, por não acreditar na ciência ou na validade de pesquisas eleitorais ou até para deliberadamente prejudicar a pesquisa eleitoral. Além disso, nem todas as pessoas participantes de uma pesquisa eleitoral votarão no dia da eleição, observa Jordão. "Finalmente, há alterações no comportamento devido a estratégias de campanha deliberadas, a partir de fatos ocorridos ou por construção de fake news, que podem alterar significativamente a opinião de parte do eleitorado", acrescenta.

Curadorias tornam-se fundamentais em cenário de guerra de versões

No cenário atual, de guerra de versões, de desinformação e de grande polarização, o papel de curadores de conteúdo torna-se fundamental, avalia o diretor-executivo do DataUFG. "A capacidade de curadoria, de selecionar e publicizar dados e informações relevantes ao bem comum, muitas vezes 'escondidos' nessa imensa massa de dados, tornou-se importante e valorizada, mais do que a própria produção de informações", analisa Jordão Horta.

"Nesse sentido, o papel de

pesquisas sociais e de institutos ou laboratórios capazes de bem realizá-las mantém-se relevante, principalmente se capazes, autonomamente ou articulados a outros departamentos ou unidades produtoras de conhecimento, de gerar informações contínuas em redes sociotécnicas, em forma de boletins, podcasts, dashboards etc., alimentando bancos de dados institucionalmente controlados", sugere o pesquisador. Ele acrescenta que isso ocorre, por exemplo, em universidades públicas como a UFG,

mas também em fundações de interesse coletivo, como a FGV ou a Fiocruz, além de instituições como IBGE, IPEA, IBICT, INEP e outras.

"Assim, se a guerra de informações impera no processo eleitoral e em outros setores que dependem fundamentalmente de mídias sociais e de acesso e controle de opiniões, como no caso das políticas públicas, devemos confiar, preservar e contribuir em ações de regulação pelo Estado ou organizações privadas de interesse público e ações de resistência

por parte de movimentos sociais e de uma imprensa comprometida com os valores da cidadania", acrescenta.

Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para este ano incluíram a proibição de divulgar conteúdo criado com inteligência artificial e tecnologias semelhantes com imagens ou voz de candidatos e figuras públicas nas 72h anteriores e nas 24h após o pleito. Para o diretor-executivo do DataUFG, é difícil prever a efetividade desse tipo de sanção, no sentido

de diminuir a produção de estratégias de produção de conteúdo capaz de orientar o comportamento eticamente inaceitáveis.

Por outro lado, ele pontua que essas iniciativas indicam algum marco de regulação. "Considero que esta construção em diversos setores além das estratégias de mobilização política ou eleitoral, como as próprias atividades de pesquisa e de ensino-aprendizagem, é fundamental e imprescindível no mundo contemporâneo", diz.



SAIBA MAIS

DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS



Perto de **VOCÊ**,
pra Goiás ir
mais longe.



MAIS DE 400 MIL ATENDIMENTOS:

Emissão de documentos, exames médicos, ofertas de emprego e muito mais, em todo o estado.



MAIS DE 800 LEIS APROVADAS EM 2025:

Além de aprovarem leis, os parlamentares promoveram sessões solenes e audiências públicas, para ouvir os goianos e trazer mais transparência aos trabalhos.



MAIS DE R\$ 1 BILHÃO EM EMENDAS:

Para as áreas de Infraestrutura, Educação, Saúde e Segurança, melhorando a qualidade de vida nos municípios.



PROCURADORIA GERAL DA MULHER:

64 unidades em todo o estado, trazendo mais visibilidade à questão feminina e enfrentando a violência contra a mulher.



ALEGO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS
TRABALHA POR GOIÁS

PODER

ELEIÇÃO

PT deixa nomes internos em banho-maria e mira produtor rural para disputar governo

Direção estadual vê em Flávio Faedo, de Rio Verde, uma tentativa de reduzir a resistência da esquerda junto ao agronegócio

Domingos Ketelbey

A direção estadual do PT parece ter mudado o eixo da discussão sobre a disputa ao governo de Goiás em 2026. Depois de meses com as pré-candidaturas do jornalista Cláudio Curado, do advogado Valério Luiz Filho e do ex-deputado estadual Luis Cesar Bueno em banho-maria, o partido passou a mirar no produtor rural Flávio Faedo, ligado a Rio Verde, como alternativa para reduzir a rejeição da esquerda no agronegócio.

A movimentação tem a digital da deputada federal Adriana Accorsi, presidente



Faedo confirma convite e diz esperar a decisão em até 15 dias

estadual do PT, e também do mandatário nacional, Edinho. A avaliação é que o partido precisa sair do circuito tradicional da legenda e apresentar um nome capaz de dialogar com um setor historicamente resistente ao petismo em Goiás.

Faedo esteve em Brasília nesta semana para uma reunião com dirigentes nacionais do PT. A conversa, revelada em detalhes à Tribuna do Planalto, envolveu estrutura de campanha, cenário eleitoral, necessidade de ampliação política e a possibilidade de seu nome ser apresentado como alternativa ao Palácio das Esmeraldas.

A aposta é pragmática. Cláudio Curado, Valério Luiz Filho e Luis Cesar Bueno representam caminhos mais previsíveis dentro do PT goiano e parecem não ter empolgado a deputada federal Adriana Accorsi. Faedo, ao contrário, oferece uma candidatura fora do script: produtor rural, com presença no Sudoeste goiano e capacidade de abrir diálogo em uma região onde o bolsorismo mantém força.

Faedo confirma convite e diz que interesse saiu de zero para 5

Em entrevista à Tribuna do Planalto, Flávio Faedo confirmou que foi convidado pelo PT para disputar o governo de Goiás. Ele disse que relutou no primeiro momento, mas admitiu que passou a considerar a possibilidade depois da conversa com lideranças da legenda. "Houve sim um convite. No começo eu relutei. Fui pego de surpresa", afirmou.

De acordo com Faedo, a justificativa apresentada pelo partido foi a necessidade de aproximação com o setor produtivo rural. "Eles acham que meu nome pode aproximar o partido de uma parte do agro, que tem uma grande resistência", disse.

O produtor rural afirmou que ainda não tomou uma decisão e que pretende avaliar o cenário com calma. Questionado sobre o

nível de interesse na candidatura, em uma escala de zero a dez, respondeu: "Eu diria 5". Em seguida, admitiu que a disposição avançou. "Já foi zero mesmo. Você está certo. Vamos ver como serão as próximas discussões. Acredito que dentro dos próximos 10 ou 15 dias eu e o partido vamos tomar a decisão."

Na avaliação dele, a rejeição de parte do agronegócio ao PT não corresponde integralmente às ações do governo federal voltadas ao setor. Faedo citou os planos de safra como exemplo de que o partido tenta manter diálogo com produtores rurais, embora reconheça que o momento econômico do campo é delicado.

"Não faz sentido essa resistência, porque o governo PT não deixou de fazer o papel dele com os planos

Safra. Investiu e cuidou muito bem do agro brasileiro", afirmou.

Faedo pondera, porém, que produtores enfrentam um cenário de dificuldade, com problemas climáticos, endividamento e margens menores. A leitura ajuda a explicar por que o PT vê nele uma alternativa fora do roteiro tradicional. O partido busca alguém que fale do agro a partir de dentro, e não apenas como aceno eleitoral.

A relutância do produtor rural passa também pela vida pessoal e empresarial. Ele afirmou que precisa avaliar o impacto de uma campanha majoritária sobre os negócios e sobre o momento de sucessão familiar. "Tem que ser uma decisão muito bem pensada. Tem que ter uma aceitação boa da família também", disse.

MOVIMENTO EXPÕE IMPASSE INTERNO NO PT

A entrada de Faedo no radar da direção estadual também expõe o impasse petista. Curado, Valério e Luis Cesar vinham se apresentando como alternativas para manter o partido na disputa estadual. Ao mirar um produtor rural de Rio Verde, o PT sinaliza que considera insuficiente lançar apenas um nome orgânico da legenda.

O cálculo é simples e arriscado. Com Faedo, o partido tenta abrir uma porta onde costuma encontrar resistência. Mas a operação pode gerar ruído interno entre os nomes que se colocaram à disposição quando o PT ainda não tinha uma alternativa considerada mais competitiva.

Nos bastidores, a articulação em torno de Faedo

também foi associada a uma eventual composição com o ex-governador Marconi Perillo. O produtor rural, no entanto, tratou a hipótese como especulação e disse considerar difícil esse caminho neste momento. "Acho que estava mais no campo das especulações. Eu acredito que é muito difícil acontecer isso", afirmou.

Para Faedo, o primeiro turno tende a ter uma lógica própria, enquanto o segundo turno pode abrir espaço para composições mais amplas. Ele também disse que aceitará qualquer decisão do partido, inclusive se a legenda optar por outro nome ou por uma aliança. "Eu vou aceitar qualquer decisão do partido", disse. "A minha vontade mesmo é continuar na luta da classe."

GESTÃO

Depois da reorganização, Goiás terá de discutir qual será seu próximo ciclo político

Divulgação

Com indicadores melhores e maior capacidade administrativa, debate tende a migrar da recuperação do Estado para a entrega percebida pela população

Lucas de Godoi

A eleição de 2026 em Goiás chega num momento diferente daquele que marcou as últimas grandes transições políticas do estado. Depois de duas décadas associadas à expansão administrativa dos governos tucanos e de oito anos de gestão Ronaldo Caiado (PSD) voltados à recuperação institucional e ao reposicionamento de indicadores, a próxima disputa tende a deslocar o debate para a capacidade de converter eficiência estatal em serviços, infraestrutura e resultados percebidos pela população.

Esse movimento começa a aparecer porque parte dos problemas que organizaram o debate político nos últimos anos já não ocupa o mesmo lugar de antes. O ajuste fiscal deixou de ser pauta de emergência, a reorganização insti-



Goiás começa a discutir se o próximo salto virá da expansão da estrutura ou da modernização da gestão pública

tucional passou a produzir reconhecimento externo e alguns indicadores considerados críticos apresentaram melhora consistente. Ao mesmo tempo, cresce uma pressão ligada à experiência concreta de quem utiliza os serviços públicos.

O avanço recente de Goiás no Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública, ajuda a entender essa mudança. O estado acumulou melhora em pilares como segurança pública, educação, infraestrutura e solidez fiscal, resultado asso-

ciado ao fortalecimento da capacidade administrativa e ao reposicionamento institucional dos últimos anos. O ponto é que a melhora dos indicadores não elimina automaticamente a expectativa por entregas visíveis e permanentes.

A segurança pública talvez seja o exemplo mais concreto dessa transição, em que Goiás saiu da última colocação nacional em 2015 para figurar entre os estados mais bem avaliados do país em 2025. No mesmo período, o número de homicídios caiu de 2.117 registros em 2018

para 808 no último ano, portanto, a maior credencial da base governista para as eleições deste ano.

Do ponto de vista de gestão, esse resultado foi construído sem que houvesse ampliação do efetivo e mais amparado na reorganização do serviço público, com integração das forças, fortalecimento da inteligência, investimento em tecnologia e gestão operacional. Portanto, um exemplo concreto de como gestão pode produzir ganho de capacidade estatal mesmo sem expansão equivalente da máquina pública.

Já a saúde ajuda a mostrar como indicadores melhores não encerram, necessariamente, o ciclo de pressão sobre o Estado. Mesmo com hospitais estaduais administrados por organizações sociais e com reorganização da rede ao longo dos últimos anos, o sistema continua exigindo adaptações para absorver demanda crescente, como a recente adoção de um sistema de rodízio entre grandes hospitais estaduais de urgência para redistribuir atendimentos e liberar capacidade interna.

NOVO MOMENTO

Embora ainda sem programas fechados, os principais grupos políticos começam a sugerir caminhos diferentes para esse debate. O entorno de Daniel Vilela tende a sustentar que a reorganização administrativa e o ganho de capacidade estatal criaram condições para ampliar entregas.

Wilder Moraes (PL) sinaliza uma visão mais associada à eficiência operacional, redução de burocracias e maior participação privada na execução. Já Marconi Perillo (PSDB) tenta recolocar em circulação uma agenda mais ligada à qualidade percebida dos serviços, experiência do cidadão e atualização da máquina pública.

A forma como Goiás responder a esse debate tende a ajudar a definir o próximo ciclo político e administrativo do estado.

Modernização da gestão deve substituir a máxima de expansão do Estado

Alguns movimentos recentes do próprio governo ajudam a antecipar uma discussão que tende a ganhar força no próximo ciclo político em Goiás e que talvez tenha menos relação com abrir novas estruturas e mais com a capacidade de fazer o Estado operar em outra velocidade. Em áreas diferentes, começaram a surgir tentativas de reduzir etapas, encurtar tempo de resposta e aumentar produtividade sem reproduzir o modelo clássico de expansão física que marcou ciclos anteriores.

Na infraestrutura, essa tentativa apareceu com o Fundeinfra que, ao criar uma contribuição vinculada ao

agronegócio e associá-la a um desenho mais ágil de execução, tinha como expectativa ampliar entrega e responder rapidamente à demanda histórica por pavimentação, duplicações e conectividade regional. O modelo, porém, encontrou limites quando parte da arquitetura jurídica foi questionada e precisou retornar aos fluxos tradicionais de contratação.

O resultado acabou produzindo uma consequência política relevante porque recursos disponíveis e ritmo de execução passaram a alimentar questionamentos sobre eficiência administrativa e capacidade do Estado de transformar planejamento

em obra entregue.

A lógica de buscar novos formatos também apareceu na saúde com a construção do Cora, concebido como um dos projetos mais emblemáticos do período recente justamente por tentar acelerar a implantação e a organização da entrega sem repetir integralmente os modelos tradicionais de contratação e operação pública. Mais do que o hospital em si, o projeto sinalizou uma percepção que começa a ganhar espaço dentro da própria administração de que o desafio dos próximos anos talvez não esteja apenas em ampliar estruturas, mas em revisar formas de contratar, integrar e executar.

SERVIÇOS

A pressão por modernização também começa a aparecer em serviços cotidianos oferecidos pelo Vapt Vupt, que durante anos simbolizou modernização administrativa. Este tema volta ao debate em meio a reclamações de qualidade e a um ambiente tecnológico que encurtou drasticamente o tempo de acesso a serviços privados. Cresce, assim, a cobrança por mais integração, digitalização e previsibilidade no atendimento público.

Nesse ambiente, inteligência artificial começa a aparecer como um dos temas com potencial de ganhar relevância na campanha deste ano

por conseguir atravessar campos políticos distintos. Enquanto o grupo governista associa tecnologia ao aumento da capacidade operacional do Estado e à melhoria dos serviços de segurança pública, setores da oposição passam a incorporar temas ligados à educação tecnológica, automação e inovação econômica.

Em ritmos diferentes e com leituras próprias, os dois lados parecem partir de uma percepção semelhante de que o próximo salto do Estado pode depender menos de ampliar estruturas e mais da capacidade de modernizar a gestão e melhorar a entrega ao cidadão.

CIDADES

POLÍTICA E EMPREENDEDORISMO

Cidades goianas transformam premiação nacional em vitrine de projetos inovadores

Fotos: Secom

De castração gratuita de animais em Aparecida a turismo planejado em Três Ranchos, municípios de Goiás usam criatividade para enfrentar problemas históricos e criar soluções locais com impacto direto na população

Carlos Nathan Sampaio

Mais do que uma disputa entre administrações municipais, a 13ª edição do Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora acabou se transformando em uma vitrine nacional de projetos desenvolvidos por cidades goianas em áreas como sustentabilidade, educação, turismo, inclusão social e desburocratização pública. Goiás chegou à etapa nacional da premiação com nove municípios finalistas e uma variedade de iniciativas que revelam um movimento crescente de prefeituras apostando em soluções locais para problemas antigos.

Entre os destaques está o programa PATA, de Aparecida de Goiânia, que figurou entre os 20 melhores projetos do país na categoria Meio Ambiente e Sustentabilidade. A iniciativa, voltada à castração gratuita de cães e gatos, foi criada para combater o abandono de animais e reduzir impactos na saúde pública, especialmente em áreas urbanas com grande número de animais em situação de rua.

Coordenado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e idealizado pela primeira-dama Lana Bezerra, o programa ganhou visibilidade nacional ao ampliar sua atuação para além das castrações. Recentemente, o município implantou o Centro de



Programa PATA, de Aparecida de Goiânia, que figurou entre os 20 melhores projetos do país na categoria Meio Ambiente e Sustentabilidade

Recuperação PATA, espaço destinado ao acolhimento e recuperação pós-operatória de animais comunitários. O projeto também passou a identificar animais atendidos com coleiras refletivas, permitindo monitoramento e aumentando a segurança dos bichos nas ruas.

A proposta chama atenção justamente por unir saúde pública, bem-estar animal e sustentabilidade urbana em uma única política pública. Em um cenário nacional marcado pelo crescimento populacional de cães e gatos abandonados, ações desse tipo passaram a ser observadas como alternativas práticas para reduzir doenças, acidentes e maus-tratos.

Outro município goiano que ganhou destaque foi Três Ranchos, finalista nacional na categoria Turismo e Identidade Territorial. Conhecida pelo potencial turístico ligado ao Lago Azul, a cidade apostou na elaboração de um plano estruturado de turismo para fortalecer a economia local e valorizar características culturais do município.

A proposta apresentada pela prefeitura busca transformar o turismo em uma atividade organizada e permanente, deixando de depender apenas de temporadas e feriados prolongados. A estratégia inclui planejamento territorial, valorização cultural e for-

talecimento da identidade local como ferramenta de desenvolvimento econômico.

O reconhecimento nacional reforçou a presença de cidades pequenas no debate sobre inovação em gestão pública. Com pouco mais de três mil habitantes, Três Ranchos conseguiu espaço entre projetos de grandes centros urbanos brasileiros ao apresentar uma política voltada ao aproveitamento sustentável do turismo.

Mas os exemplos goianos vão muito além das duas cidades finalistas de maior repercussão. Em Rio Quente, o destaque veio de uma iniciativa que reorganizou a cadeia da agricultura familiar para garantir que 100% das compras públicas do município sejam feitas de produtores locais. A medida fortalece pequenos agricultores, mantém recursos circulando dentro da própria cidade e cria uma relação direta entre produção rural e alimentação pública.

Em Itapuranga, o projeto do cartão Xixá chamou atenção por criar uma ponte entre assistência social e agricultura familiar. A proposta permite que famílias em situação de vulnerabilidade possam comprar diretamente na feira municipal utilizando um cartão social fornecido pela prefeitura. O modelo beneficia simultaneamente produtores rurais e famílias de baixa

renda, estimulando a economia local.

Já em Flores de Goiás, a aposta foi no empreendedorismo dentro das escolas rurais. O município implantou atividades práticas envolvendo criação de peixes, galinhas e outros animais, permitindo que estudantes tenham contato direto com processos produtivos ligados ao campo. A iniciativa busca aproximar educação e realidade econômica local, além de incentivar permanência no meio rural.

Na região metropolitana de Goiânia, Trindade apresentou o projeto "Simplifica Trindade", voltado à redução de burocracias e modernização dos licenciamentos municipais. Entre as medidas implementadas está o chamado alvará continuado, mecanismo que reduz etapas administrativas para empreendedores e empresas.

A simplificação de processos também aparece como prioridade em Goiânia, finalista na categoria Gestão Inovadora. A capital apresentou iniciativas ligadas à modernização administrativa, eficiência pública e transparência. Embora mais abrangente, o projeto acompanha uma tendência nacional de digitalização de serviços públicos e uso de tecnologia para reduzir custos e acelerar atendimentos.

Em Rio Verde, a chamada "Supersala do Empreendedor" ganhou espaço ao reunir atendimento empresarial, suporte técnico e linhas de crédito com juros reduzidos em um mesmo ambiente. A ideia é facilitar o acesso de micro e pequenos empreendedores a serviços que antes estavam dispersos em diferentes setores.

Pontalina, por sua vez, levou para a premiação um projeto de inclusão social através do esporte. O "Vôlei de Ponta" utiliza atividades esportivas para integrar crianças e adolescentes, funcionando também como ferramenta de convivência social e incentivo educacional.

Os nove projetos finalistas revelam um retrato diverso das prioridades municipais em Goiás. Em vez de soluções padronizadas, as cidades apresentaram iniciativas conectadas às próprias realidades locais — do turismo à agricultura familiar, passando pela causa animal, esporte, educação e modernização administrativa.

O volume de participação goiana também chamou atenção nesta edição da premiação nacional. Goiás terminou o ciclo 2025/2026 como o primeiro colocado da região Centro-Oeste em número de projetos inscritos e alcançou a nona colocação no ranking nacional. Ao todo, o prêmio recebeu 2.818 iniciativas de 1.934 municípios brasileiros, com 229 projetos chegando à etapa final.

Embora o prêmio tenha como foco o empreendedorismo público, muitos dos projetos apresentados pelas cidades goianas extrapolam o ambiente econômico tradicional. Em comum, as iniciativas buscam resolver problemas cotidianos utilizando estruturas municipais já existentes, criando alternativas de baixo custo e impacto direto na população.

A experiência de Goiás na edição deste ano mostra justamente esse movimento: cidades de perfis econômicos e populacionais distintos usando criatividade administrativa para enfrentar desafios locais e transformar políticas públicas em ferramentas práticas de desenvolvimento social.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Michel Alves expõe salários e premiações atrasadas no Goiás

O Goiás sempre foi um clube muito discreto em relação às questões internas, principalmente quando o assunto é dificuldade financeira. Nos tempos de Hailé Pinheiro e outros tradicionais dirigentes que passaram pelo comando do alviverde, dificilmente os problemas do clube eram expostos para a imprensa e torcedores. Desta vez foi diferente. Em entrevista coletiva, o Diretor de Futebol Michel Alves falou sobre salários e premiações em atraso no Goiás e a dificuldade de manter o grupo harmonizado e não perder o foco na busca pelo acesso.

O Conselho de Administração busca recursos para pagar salários e direitos de imagens dos jogadores e evitar novos atrasos nos próxi-

mos meses. Os vencimentos referentes ao mês de abril não foram pagos nas datas habituais. A folha do elenco gira em torno de R\$ 3 milhões. Uma das hipóteses levantadas pelo Conselho de Administração é a busca de um novo empréstimo que pode chegar a R\$ 35 milhões. Aroldo Guidão divulgou edital de convocação para uma reunião que será realizada no próximo dia 2 de junho, para debater a possibilidade de o clube obter novo empréstimo. Vale lembrar que no final do ano de 2025, o clube da Serrinha fez um empréstimo de R\$ 25 milhões com o objetivo de pagar as despesas de fim de ano e iniciar a temporada de 2026 com valores em caixa para a montagem do elenco.

PATRIMÔNIO COMO GARANTIA

No edital publicado no Jornal O Popular, Aroldo Guidão informou que será discutida a possibilidade da "utilização de instrumentos acessórios de segurança contratual eventualmente necessários à operação". Em outras palavras, Guidão se refere ao patrimônio do clube a ser utilizado como garantia. Um dos temas a serem debatidos é a possibilidade de inserir o CT Coimbra-Bueno como garantia neste novo empréstimo. Mais uma decisão "desvairada" da atual direção do Goiás, que, além de conduzir muito mal os destinos do clube, conhecido como o mais organizado do Estado, ainda pretende colocar em risco o patrimônio da entidade construído com



Michel Alves, salários e premiações em atraso

muitas dificuldades ao longo da história vitoriosa do Goiás.

Os dirigentes do clube esmeraldino deveriam ser responsabilizados pela má gestão que levou o Goiás a uma situação financeira tão difícil. O Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2025 apresentou um resultado negativo equivalente a R\$ 100 milhões. É o retrato de uma administração desastrosa de quem comanda o alviverde, principalmente depois da mudança do Estatuto realizada nas gestões de Edminho Pinheiro no

Conselho Deliberativo e Paulo Rogério Pinheiro na

Presidência. Eles, juntamente com presidentes atuais do malfadado Conselho Gestor, é quem deveriam se responsabilizar, com seus CPFs e o patrimônio de cada um, pelo que fizeram com o Goiás. Na vida espiritual, Hailé Pinheiro deve estar muito preocupado com os destinos do clube da Serrinha e o que estão fazendo com o clube que ele cuidou com tanto carinho enquanto esteve por aqui comandando os destinos do alviverde.

Goiás voltará a ter presidente com mudança no Estatuto

As mudanças que foram implantadas no Estatuto do Goiás no final da gestão de Edminho Pinheiro na presidência do Conselho Deliberativo não deram certo. O Goiás passou a ser comandado por Conselhos Deliberativo e de Administração, tendo na administração do clube um CEO contratado no mercado. O resultado foi uma entidade sem comando, sem um dirigente responsável pelos destinos do clube, o que resultou em um desastroso resultado negativo de R\$ 100 milhões no Balanço Patrimonial referente a 2025.

Nesse período, o Goiás foi campeão da inexpressiva Copa Verde e do campeonato goiano deste ano, mas não conquistou o acesso à elite do futebol brasileiro. O Goiás gastou muito com os Diretores Executivo e de Futebol, que não conseguiram fazer uma gestão eficiente nas finanças e no futebol do clube. Nesse período, ninguém respondia pelo Goiás. Na verdade, a mudança do estatuto veio na época para tentar impedir que ex-dirigentes do Goiás, hoje na oposição da família Pinheiro, chegassem à presidência do clube e desbancassem Edmi-

nho e Paulo Rogério Pinheiro, herdeiros de Hailé Pinheiro no comando do alviverde.

O novo Estatuto, que já está pronto e será avaliado pelos Conselheiros, prevê a volta do Presidente Executivo. Nomes como Sérgio Rassi, Cid de Oliveira, Amarildo Gonçalves, Raimundo Queiroz, João Bosco Luz e outros ex-dirigentes que hoje estão isolados na oposição já se movimentam de olho nas eleições que serão realizadas assim que o novo Estatuto esteja aprovado. Além de ter novamente um Presidente Executivo, o Goiás precisa abrir o clube para que mais sócios



Sergio Rassi, nome forte na oposição do Goiás

possam ter o direito ao voto. Atualmente, um número pequeno de sócios-proprietários votam nas eleições do clube. A maioria deles são ligados à família Pinheiro, por isso

é praticamente impossível derrotar os atuais dirigentes. O Goiás está estagnado, não consegue sair da série B, e é mal gerido administrativa e financeiramente.

Anápolis perto do título

O Galo da Comarca goleou o Rio Branco por 3 a 0 no jogo de ida da final da copa Centro-Oeste e ficou muito perto de conquistar a taça inédita em sua história. No jogo de volta, no Espírito Santo, o Anápolis pode perder por até dois gols de dife-

rença que ainda conquistará o título da competição. Os gols do tricolor anapolino foram marcados por Fernandinho, Juninho e Igor Souza, todos na etapa final da partida.

No jogo de volta, que será realizado na quinta-feira da

semana que vem, somente uma vitória por no mínimo três gols de diferença pode levar a decisão para as penalidades. Para ser campeão no tempo normal, o Rio Branco terá que golear o Anápolis por uma diferença de quatro gols. Mas o tricolor anapolino

agora tem que virar a chave porque no próximo domingo o time vai enfrentar o Brusque em Santa Catarina pela série C do campeonato brasileiro, onde faz uma campanha muito ruim, ocupando neste momento a lanterna da competição.



Anápolis vence o Rio Branco e fica perto do título

✓ Ainda sem confirmação do técnico Daniel Paulista, a volta de Lucas Lima ao meio de campo do Goiás é praticamente certa. Mesmo vencendo a última partida contra o Botafogo-SP, o time não teve a mesma mobilidade no setor de meio campo.

✓ A diretoria do Goiás pretende lançar nos próximos dias um novo uniforme com o tema da Copa do Mundo. No novo uniforme, prevalece a cor amarela, da

Seleção Brasileira, que terá mangas e gola verde.

✓ O lançamento deve ocorrer em edição especial e limitada e a tendência é de grande procura por parte da torcida, que costuma valorizar produtos exclusivos e comemorativos.

✓ Vice-líder de seu Grupo na série D, a Aparecidense anunciou a saída do

técnico Augusto Fassina. Mesmo com a equipe vivendo uma sequência de quatro jogos sem perder, o clube optou pelo desligamento do treinador, que deixou o clube com rescisão contratual em comum acordo.

✓ O centroavante Gustavo Puskas, da equipe Sub-20 do Vila Nova, vem sendo observado por grandes clubes, interessados no potencial do jogador. O

Vila precisa ter cuidado na liberação da "joia" do clube e não vendê-lo por preços irrisórios, como é a tradição no Tigre.

✓ Paulo Rogério Pinheiro é um dos grandes responsáveis pela crise financeira do clube da Serrinha. Foi Presidente Executivo e agora Presidente do Conselho Deliberativo. Mesmo fora de cargos, sempre aparecia dizendo que mandava nos destinos do clube.

ESCOLA

VAGAS

Goiânia mantém déficit em creches mesmo após ações da Prefeitura, aponta relatório do TCM-GO

Tribunal identifica falhas na distribuição de vagas, pressão nas periferias e fila em mais de 60% das unidades da pré-escola

Dhayane Marques

A crise de vagas na educação infantil em Goiânia deixou de representar um problema localizado e passou a evidenciar limitações estruturais do planejamento urbano e da política educacional da capital. A conclusão aparece no novo relatório técnico elaborado pela Secretaria de Controle Externo de Políticas Públicas (SECEXPOLÍTICAS) do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), que analisou as ações da Prefeitura para reduzir a fila de espera por vagas em creches e pré-escolas.

Embora o levantamento registre redução da fila geral da educação infantil no período analisado, os auditores identificaram que o déficit de vagas em creches permanece elevado, sobretudo nas regiões periféricas da cidade. A análise técnica também aponta que a distribuição das vagas disponíveis não acompanha a demanda real das famílias.

O documento chama atenção para um aspecto considerado central na atual configuração do problema: a demanda reprimida está espalhada por diferentes regiões de Goiânia. O próprio relatório afirma que a necessidade de expansão da rede municipal "está bem distribuída por todo o território do município".

A constatação reforça que a pressão sobre a educação infantil não decorre apenas do crescimento populacional de bairros específicos, mas da dificuldade do município em expandir e reorganizar a rede pública no mesmo



ritmo da expansão urbana.

Entre as unidades escolares que concentram maior fila de espera aparecem CMEIs localizados em regiões como Conjunto Vera Cruz, Parque Eldorado Oeste, Jardim Balneário Meia Ponte, Residencial Itaipu e Jardim Nova Esperança. As áreas citadas no relatório coincidem com regiões de crescimento populacional acelerado e expansão habitacional nas últimas décadas.

A análise do TCM-GO indica que o principal desafio da gestão municipal não está

apenas na abertura de novas vagas, mas no planejamento territorial da política educacional. Segundo os auditores, há casos de vagas ociosas em determinadas unidades da pré-escola, enquanto a demanda por creches permanece concentrada em regiões específicas da capital.

O cenário sugere falhas na compatibilização entre localização da oferta e distribuição da população atendida. Na prática, famílias enfrentam dificuldade para acessar vagas próximas de suas residências, mesmo

diante da existência de capacidade disponível em outras áreas da cidade.

O relatório também aponta que 63,67% das unidades escolares de Goiânia registravam fila de espera na pré-escola em março de 2026. Segundo os dados apresentados, 156 unidades possuíam demanda reprimida, enquanto 89 não registravam fila de espera.

O dado amplia a preocupação porque a pré-escola atende crianças de 4 e 5 anos, faixa etária com matrícula obrigatória prevista na legis-

lação educacional brasileira. Para especialistas em políticas públicas, a permanência de filas nesse segmento indica pressão contínua sobre a capacidade de atendimento da rede municipal.

Outro ponto observado pela equipe técnica envolve a transparência das ações desenvolvidas pela Prefeitura. O relatório registra ausência de contratos e da lista de beneficiários do programa Bolsa Creche no Portal da Transparência do município durante o período analisado.

A fiscalização acompanha três frentes adotadas pela administração municipal: compra de vagas na rede privada, ampliação da rede própria de ensino e reorganização das unidades públicas existentes. Apesar das medidas implementadas, o TCM-GO conclui que os resultados ainda não foram suficientes para eliminar o déficit de forma efetiva.

A análise ocorre em um contexto nacional de ampliação das metas para a educação infantil. O novo Plano Nacional de Educação, sancionado neste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu meta de atendimento de 60% das crianças de 0 a 3 anos em creches até o fim da próxima década. A mudança amplia a pressão sobre estados e municípios para expansão da oferta pública.

Ao final do relatório, os auditores recomendam que a Secretaria Municipal de Educação apresente estudos técnicos e critérios de planejamento geográfico da demanda, além de plano de ação voltado à redução da fila de espera.

A reportagem da Tribuna do Planalto entrou em contato com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. Em nota, a pasta informou que não foi notificada pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás e declarou que não poderia se manifestar sobre o conteúdo do documento sem acesso prévio às informações apresentadas no relatório técnico.

Goiânia abre oficialmente a temporada de pamonha, quadrilha e muito forró

Fotos: Divulgação



Pode separar a camisa xadrez, procurar a bota esquecida no armário e aceitar a realidade: Goiânia já entrou oficialmente no clima das festas juninas. E a cidade promete viver semanas de muito forró, comidas típicas, quermesses tradicionais e grandes arraiais espalhados por diferentes bairros da capital.

É aquele período do ano em que o cheiro de milho cozido toma conta das ruas, as bandeirinhas começam a colorir as praças e qualquer passeio simples corre o risco de terminar em caldo quente, maça do amor e dupla sertaneja no palco.

A temporada junina de 2026 já começou a ganhar forma e vários eventos gratuitos divulgaram suas datas. Tem festa religiosa, arraia beneficente, megaevento com shows nacionais e até programação para quem quer apenas passear, comer bem e curtir o clima típico de São João.

São Paulo Apóstolo terá 11 dias de festa

Entre os arraiais mais aguardados da cidade, está o da Paróquia São Paulo Apóstolo, no Setor Oeste. O evento já virou tradição entre os goianienses e costuma reunir famílias, grupos de amigos e apaixonados pela cultura junina.

A edição deste ano terá 11 dias de programação com quadrilhas, apresentações musicais, barracas temáticas, brincadeiras e muita comida típica. Então já vale anotar na agenda e preparar o look xadrez: o arraia acontece nos dias 28, 29, 30 e 31 de maio e também em 3, 5, 6, 7, 12, 13 e 14 de junho.

Serra Dourada vira palco do Arraiá do Bem

O Arraiá do Bem 2026 promete novamente lotar o Estádio Serra Dourada entre os dias 5 e 7 de junho. O evento se consolidou como um dos maiores arraiais do estado e mistura estrutura de festival com clima típico de quermesse. Na programação, o público vai encontrar uma mistura

Giro dos arraiais

Festas que já estão confirmadas em Goiânia

Para quem ama quermesse raiz

A Paróquia Santa Edwíges abre a temporada entre os dias 22 e 31 de maio, na Nova Suíça, com aquele clima clássico de festa de bairro.

Para quem quer forró e quadrilha

O Arraiá do Goiânia 2 terá vários dias de programação em junho e segue como um dos encontros juninos mais tradicionais da região norte da capital.

Para curtir em família

O Arraiá Assunção 2026, nos dias 19 e 20 de junho, deve reunir programação infantil, comidas típicas e apresentações culturais.

Em Aparecida também tem arrasta-pé

O Arraiá Clara & Francisco acontece nos dias 26, 27 e 28 de junho, na Cidade Vera Cruz.

de sertanejo, piseiro e muito forró com shows de João Gomes, Murilo Huff, Mari Fernandes, Zé Felipe, além do forró consagrado de Falamansa, Pablo e Limão com Mel, prometendo colocar o público para dançar do começo ao fim da festa. A entrada será gratuita mediante doação de 2 kg de alimentos não perecíveis.

Sim, estamos falando da comida

Toda festa junina tem música, dança e bandeirinha. Mas existe uma estrela absoluta que sempre domina qualquer arraia: a barraca de comida típica. Existe inclusive um comportamento típico do goianiense nessa época: sair de casa falando "vou só passear" e voltar carregando pamonha, caldo, morango do amor, bolo de milho e uma sacola de doce.

Diversão e ARTE

Dhayane Marques

dhayanemarques@hotmail.com



Porsche Cup remarca etapa em Goiânia para outubro

Os fãs de velocidade já têm compromisso marcado em Goiânia. A etapa da Porsche Cup Brasil no Autódromo Internacional Ayrton Senna foi remarca para os dias 10 e 11 de outubro, após ter sido adiada por conta de reparos no asfalto do circuito. A programação contará com provas das categorias Sprint Challenge e Sprint Trophy, reunindo os modelos Porsche 911 GT3 Cup e movimentando o turismo esportivo, hotéis, bares e restaurantes da capital. Antes disso, o autódromo ainda recebe, no dia 4 de outubro, a Endurance Challenge Brasil, garantindo dois fins de semana consecutivos de adrenalina na pista.

Projeto "Passos da Alma" une dança e acolhimento feminino em Goiânia

Mulheres em busca de autocuidado, reconexão e acolhimento terão um espaço voltado ao bem-estar emocional em Goiânia com o projeto "Passos da Alma". Idealizada pela psicóloga e neuropsicóloga Márcia Christovam, a iniciativa promove encontros mensais que unem



dança de salão, dança do ventre, rodas de conversa, ritual do chá e práticas terapêuticas de autoconhecimento. A proposta é criar um ambiente seguro e afetivo para que as participantes possam refletir sobre suas vivências, fortalecer vínculos e reencontrar leveza em meio à rotina. Os encontros acontecem sempre na segunda-feira de cada mês, às 19h, na sede da Logos Cia, no Jardim América. O próximo será realizado no dia 9 de junho.

Projeto Palco encerra temporada com shows gratuitos

A 5ª edição do Projeto Palco — Festival e Mostra de Música Brasileira será realizada no dia 26 de maio, às 19h, no Centro Cultural UFG, em Goiânia, com entrada gratuita. O encerramento da temporada reúne apresentações do cantor e compositor Gustavo Ribeiro, em formato voz e violão, e do Grupo Essência, que sobe ao palco com o show "Ê Trem Bão". O repertório passeia por composições autorais e clássicos da música popular brasileira, em uma noite dedicada à valorização da MPB e dos artistas goianos.